



CÂMARA TÉCNICA DE PLANOS DE RECURSOS HÍDRICOS (CTPLAN) Ata da 17ª reunião, realizada em 11 de maio de 2010

1 Em 11 de maio de 2010, reuniu-se a Câmara Técnica de Planos de Recursos Hídricos
2 (CTPLAN) do Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH), na sede da Secretaria
3 de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), em Belo
4 Horizonte. Participaram os seguintes membros titulares e suplentes: o presidente Márcio
5 Antônio de Campos Coury e Cristiane Araújo e Silva – representantes do poder público
6 estadual; Patrícia Helena Gambogi Boson, Jorge Sadala e Nélida Mara de Menezes –
7 representantes dos usuários de recursos hídricos; José Ângelo Paganini e Hersília de
8 Andrade e Santos – representantes de entidades da sociedade civil ligadas aos recursos
9 hídricos. Assuntos em pauta. **1) ABERTURA.** O presidente Márcio Antônio de Campos
10 Coury declarou aberta a 17ª reunião da Câmara Técnica de Planos de Recursos Hídricos.
11 **2) COMUNICADOS DOS CONSELHEIROS.** Presidente Márcio Antônio de Campos
12 Coury: “Eu gostaria de, na qualidade de presidente, agradecer-lhes a presença e dizer que
13 esta é a nossa primeira reunião do exercício de 2010. As reuniões anteriores, por questão
14 de otimizarmos a nossa agenda, a nossa pauta, nós opinamos por não realizar.
15 Comunicamos isso aos senhores e então estamos retomando a nossa caminhada de 2010,
16 hoje, precisamente no dia 11 de maio. Muito obrigado pela presença de todos, muito
17 obrigado pela compreensão dos senhores com a nossa atenção em elaboramos as pautas e
18 convocarmos para que aqui viessem e tivéssemos uma reunião bastante objetiva.
19 Obrigado por esse entendimento, por essa consideração.” **3) EXAME DA ATA DA**
20 **REUNIÃO ANTERIOR.** Aprovada por unanimidade a ata da 16ª reunião da Câmara
21 Técnica de Planos de Recursos Hídricos, realizada em 15 de dezembro de 2009, com as
22 seguintes modificações: – Linha 46, onde está escrito “águas de domínio dos
23 municípios”, substituir por “águas de domínio do Estado”; – Linha 57, onde está escrito
24 “plano diretor”, substituir por “Plano Estadual de Recursos Hídricos”. **4) PROPOSTA**
25 **DE DELIBERAÇÃO NORMATIVA DO PLANO DIRETOR DA BACIA**
26 **HIDROGRÁFICA DO RIO DAS VELHAS.** **Apresentação: Rogério de Oliveira**
27 **Sepúlveda, presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas.** A
28 Câmara Técnica de Planos de Recursos Hídricos aprovou por unanimidade o
29 encaminhamento de manifestação, ao Plenário do Conselho Estadual de Recursos
30 Hídricos, favorável à proposta apresentada pelo Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio
31 das Velhas, no sentido de que os estudos apresentados pelo comitê sejam incorporados
32 ao Plano Diretor da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas e considerados como diretriz
33 na elaboração do Plano Estadual de Recursos Hídricos. A CTPLAN aprovou ainda, por
34 consenso, que a forma de manifestação ao Plenário do CERH será avaliada pela
35 secretaria executiva, observando-se os mecanismos técnicos e jurídicos disponíveis; e
36 que deverão ser especificados quais são os estudos desenvolvidos e sugeridos para

37 incorporação ao plano diretor. Nesta sessão, o presidente do Comitê da Bacia
38 Hidrográfica do Rio das Velhas, Rogério de Oliveira Sepúlveda, fez exposição à Câmara
39 da proposta de deliberação, que apresenta restrições ao uso de recursos hídricos em
40 trechos da calha do rio e teve pareceres técnico e jurídico do IGAM favoráveis. O
41 presidente do Comitê sugeriu, ainda, que a proposta apresentada e aprovada nesta sessão
42 fosse encaminhada à Comissão de Meio Ambiente da Assembleia Legislativa de Minas
43 Gerais. A conselheira Patrícia Helena Gambogi Boson recomendou que a proposta seja
44 considerada, no âmbito do Plano Estadual de Recursos Hídricos, na avaliação da
45 transposição do rio São Francisco e seus impactos em Minas Gerais, e propôs uma
46 moção ao IGAM para coordenar ou apoiar uma campanha de divulgação visando ampliar
47 a discussão do tema. Cleide Izabel Pedrosa de Melo, diretora Geral do IGAM: “O
48 IGAM, preocupado com essa questão desses barramentos, não apenas o Santo Hipólito,
49 mas os cinco barramentos (três no Paracatu, um no Urucuia e um no Velhas), já
50 encomendou à equipe que está elaborando a segunda fase do Plano Estadual de Recursos
51 Hídricos um estudo conclusivo sobre o assunto. Esse estudo está sendo desenvolvido,
52 tem um prazo para ser entregue. Já havia um estudo preliminar, antes da mudança no
53 projeto, e depois da mudança do projeto foi encomendado um estudo visando aos cinco
54 barramentos; e esse estudo vai fazer parte do plano. Então o plano vai ter que ser
55 aprovado pelo Conselho. Automaticamente, esse assunto vai voltar depois fazendo parte
56 do Plano de Recursos Hídricos do Estado. Eu acho que aí dá uma musculatura maior às
57 decisões do Estado em relação aos barramentos.” **5) PRODUTOS DO PLANO
58 ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS – RELATÓRIOS SOBRE OS
59 INSTRUMENTOS DE GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS (R3A E R3B) E
60 RELATÓRIO DA OFICINA 03 (R4). Apresentação: Francisco Lobato,
61 coordenador do Consórcio Holos/Fahma/ Delgitec.** A Câmara Técnica de Planos de
62 Recursos Hídricos aprovou por unanimidade os relatórios R3A, R3B e RA, apresentados
63 nesta sessão pelo coordenador do Consórcio Holos/Fahma/Delgitec, com base nos
64 pareceres técnico e jurídico do grupo de acompanhamento do contrato de prestação de
65 serviços, que opinaram favoravelmente à aprovação dos trabalhos. De acordo com os
66 pareceres do grupo de acompanhamento, aprovados integralmente pela Câmara, os
67 relatórios foram considerados “adequados e satisfatórios de acordo com o exigido pelo
68 IGAM e o previsto no termo de referência, no edital de concorrência e no contrato de
69 prestação de serviços”. Ainda de acordo com os pareceres, o grupo técnico de
70 acompanhamento “entende que podem e devem ser continuados os estudos previstos no
71 plano de trabalho revisado, com a elaboração das medidas subsequentes, em
72 continuidade à elaboração do Plano Estadual de Recursos Hídricos, e como
73 consequência o ressarcimento financeiro dos relatórios R3 e R4, conforme estabelecido
74 no cronograma físico e financeiro contratual”. O presidente Márcio Antônio de Campos
75 Coury informou que poderá ser pauta para a próxima reunião da Câmara, prevista para
76 8 de junho, a apresentação do relatório R5. Síntese das contribuições apresentadas pelos
77 conselheiros, nesta sessão, após a apresentação dos relatórios pelo coordenador do
78 Consórcio Holos/Fahma/ Delgitec. A conselheira Patrícia Helena Gambogi Boson

79 recomendou que sejam aproveitadas as redes de monitoramento para se fazer articulação
80 com os processos de licenciamento. Quanto à cobrança pelo uso de recursos hídricos,
81 propôs “um aprofundamento um pouco maior sobre a região do semiárido”. “Outro
82 ponto é a questão do Fhidro, e vale aqui colocar um histórico. O Fhidro renasceu agora
83 nessa última gestão do secretário José Carlos Carvalho. Nessa linha, eu queria que se
84 desse uma repensada, mesmo como recomendação, porque os fundos têm estruturas
85 próprias. Essa estrutura nossa de colegiado esbarra com a estrutura do Sisema, que são
86 comitês e o conselho estadual. Há solução para que o próprio conselho do Fhidro seja
87 estruturado, mas não há cultura para isso. O estudo cita o Fundo de Compensação
88 Ambiental criado pelo Ministério do Meio Ambiente e a Caixa Econômica Federal.
89 Chama-se fundo, mas na verdade é uma conta bancária específica, e que poderia ser uma
90 saída para a cobrança. Acho que vale a pena debucar melhor sobre isso. É um fundo que
91 pode ser, inclusive, gestado por quem dá o dinheiro. A própria empresa que paga a
92 compensação pode fazer a gestão dessa conta via Caixa Econômica. A sugestão é só para
93 desenvolver isso melhor. Achei o critério de prorrogação brilhante. E uma recomendação
94 que faço é para que a gente faça uma revisão do manual de cobrança aprovado, em
95 função do que foi apresentado nesse estudo. Outra ideia que também achei muito
96 brilhante foi a compensação municipal. E nessa linha eu queria deixar como
97 recomendação avaliar melhor o projeto Bolsa Verde, que saiu em Minas e logo depois
98 foi regulamentado. Nós tentamos incluir o Sisema, que observasse os planos de recursos
99 hídricos, mas não tivemos esse sucesso. Mas poderia haver uma revisão da lei e do
100 decreto, que dá para estender a essa questão de compensação ao município; e aí amplia a
101 ideia só de pagar ao proprietário, amplia a ideia abraçando a compensação ao município
102 nessa linha.” O conselheiro José Ângelo Paganini solicitou esclarecimentos sobre a rede
103 estratégica de monitoramento e fez os seguintes comentários. “Nos 374 pontos hoje
104 implantados vocês indicam 80. Isso não pode levar a uma racionalização do
105 monitoramento e diminuir a quantidade de pontos de amostragem? Nos comitês, nós
106 estamos querendo justamente o contrário, aumentar essa rede para possibilitar mais
107 informações.” Francisco Lobato, coordenador do Consórcio Holos/Fahma/ Delgitec: “A
108 rede estratégica são os pontos essenciais. Em algumas áreas dos Estados, esses pontos
109 não existem, alguns pontos não são monitorados. Não há um planejamento estratégico
110 para a rede. Então os 374 pontos que surgiram foi um histórico de crescimento. Nós não
111 queremos diminuir o número de pontos, nós queremos achar aqueles que são essenciais.
112 Em alguns casos, acrescentando indicadores, e em outros cruzando os indicadores com o
113 perfil regional. Então essa é a diferença da rede estratégica dos 374 a 80 pontos (o que é
114 uma estimativa), que são fundamentais, devem ser avaliados dessa forma. E, se faltar
115 dinheiro para a rede, aqueles 80 têm que ficar.” O conselheiro Jorge Sadala consultou
116 sobre a possibilidade de a cobrança ser feita pelo consumo real, e não apenas pelo
117 critério de outorga, o que na opinião do conselheiro “oneraria o consumidor”. Francisco
118 Lobato, coordenador do Consórcio Holos/Fahma/ Delgitec: “Essa é uma deliberação dos
119 comitês, mas a tendência é que haja um preço para o consumo real e um preço menor
120 como reserva futura. O máximo que nós podemos fazer no âmbito do plano estadual é

121 propor isso como recomendação. É uma deliberação de cada comitê, que coloca o seu
122 critério. Eu entendo perfeitamente que um órgão de saneamento deva ter não apenas o
123 consumo atual, mas uma reserva para futuro. Conselheira Hersília de Andrade e Santos:
124 “Com relação à Q7-10, que é sempre uma polêmica, nós somos realmente um Estado
125 mais restritivo, mas acho que esse é um ganho do ponto de vista ambiental, de
126 prevenção. Acho que têm de ser discutidas as estratégias, mas não deixar de considerar o
127 meio ambiente como usuário dos recursos hídricos.” Conselheiro Rogério de Oliveira
128 Sepúlveda: “A lei mineira abrigou, nos usos notórios, a manutenção dos ecossistemas.
129 Eu acho que tem um debate sobre Q7-10, Q-90, Q-95, uns defendem um critério e outros
130 defendem outro. Acho que ainda está em aberto. Acho que sempre há oportunidade,
131 como o sistema de informações do Estado que está sendo analisado, mas eu tenho muita
132 preocupação de se ter uma colcha de retalhos de um sistema de informação e depois o
133 órgão gestor não conseguir operar na essência da questão do cadastro de usuários e
134 também na questão de informações relativas ao licenciamento. Tudo isso hoje a gente
135 deve pensar que tem que ocorrer para conseguirmos ter uma gestão. Então isso me
136 preocupa um pouco. O Velhas quer atualizar o seu plano, quer adotar um sistema, mas
137 perguntamos: ‘Vai ser compatível com o do IGAM?’ Como se tem muito por fazer
138 ainda, acho que o Plano Estadual é o momento ideal. Outra coisa é o plano não ser
139 tímido em relação aos outros sistemas, deveria ser meio provocador e interagir melhor.
140 Na linha da estratégia e da colaboração, saber como relacionar com o outro sistema, de
141 maneira que o objetivo maior seja alcançado. Eu já vi que aquela relação com o sistema
142 municipal de gestão urbana está incorporada, e isso é fundamental, como para os outros
143 sistemas, sistema energético, sistema de desenvolvimento etc. E quanto à compensação,
144 já existe aquela compensação aos municípios pelas áreas inundadas, e tem aquelas dos
145 recursos hídricos. Eu tenho preocupação, quem está em comitê, muitas vezes, vê outros
146 órgãos utilizando recursos, entre aspas nosso, e quando vai ver o município não teve
147 nenhuma coerência, nem lembra que o sistema existe. É importante não ter a timidez, e
148 dizer que o Fhidro deve ser para ações de recuperação da bacia.” **6) ASSUNTOS**
149 **GERAIS.** Cleide Izabel Pedrosa de Melo, diretora Geral do IGAM: “Primeiro, eu queria
150 parabenizar pelo plano, pelo produto apresentado aqui. E queria colocar aqui o seguinte.
151 A Secretaria de Recursos Hídricos está fazendo a revisão do Plano Nacional de Recursos
152 Hídricos, e na realidade a gente não vai precisar nem de uma revisão, é uma
153 reestruturação para que ele vire um plano de fato. E dentro do cronograma da Secretaria
154 ele seria discutido em todas as regiões hidrográficas do Brasil. Existe um cronograma
155 que teria que ter começado em maio, e essa discussão se estenderia até junho, quando
156 então teria a proposta final. Nós nos reunimos, os órgãos gestores estaduais, e pedimos
157 ao doutor Silvano que reformulasse esse cronograma, porque entendemos que, antes de
158 fazer as reuniões regionais, temos que lembrar que Minas participa de quatro regiões
159 hidrográficas. E nós vamos sediar o encontro da região hidrográfica do São Francisco.
160 Então pedimos que tivesse uma chance de a gente discutir nos Estados o que a gente
161 acharia da interface desse plano nacional com os interesses do Estado, com as
162 intersecções com as outras bacias com as quais compartilhamos, para que a gente

163 pudesse dar uma contribuição. Porque não adiantaria nada fazer uma reunião nas regiões
164 hidrográficas sem uma proposta estudada. É fundamental a participação do Conselho
165 Estadual de Recursos Hídricos, principalmente desta Câmara Técnica, e nós
166 conseguimos adiar essas reuniões, que vão ser agora a partir de final de agosto e
167 setembro. Então teremos esse prazo para fazer algumas reuniões internas e estudar. Já
168 tem, inclusive, uma tabela que estamos fazendo, que traríamos para discutir com o
169 Conselho Estadual de Recursos Hídricos, com os comitês de bacias, e a gente fazer uma
170 discussão para apresentar realmente uma proposta do Estado que possa ajudar nessa
171 consolidação. E queríamos muito contar com o Conselho e com a Câmara Técnica.”
172 **ENCERRAMENTO.** Não havendo outros assuntos a serem tratados, o presidente
173 Márcio Antônio de Campos Coury agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a
174 sessão, da qual foi lavrada esta ata.

175
176 APROVAÇÃO DA ATA
177

178
179 Presidente Márcio Antônio de Campos Coury
180 (representante da Fundação Rural Mineira)
181

182
183 Cristiane Araújo e Silva
184 (representante da Secretaria de Planejamento e Gestão)
185

186
187 Patrícia Helena Gambogi Boson
188 (representante da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais)
189

190
191 Jorge Sadala
192 (representante da Companhia de Saneamento de Minas Gerais)
193

194
195 Nélida Mara de Menezes
196 (representante da Companhia Energética de Minas Gerais)
197

198
199 José Ângelo Paganini
200 (representante da Fundação Relictos)
201

202
203 Hersília de Andrade e Santos
204 (representante do Instituto SOS Guaicuy)